



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 414, DE 20 DE AGOSTO DE 2010.

Constitui Comissão para realizar estudos e propor a edição de norma que discipline a elaboração de Relatórios Institucionais e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 94, IX, "p" do Regulamento da Secretaria do Tribunal e considerando ainda o que consta do Processo 3190/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Cláudia Maria Lopes Dantas – matrícula S036018; Marli Renata Mazepas, matrícula S024486; Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria, matrícula S027566; João Emilio Soares de Araújo, matrícula S021088; Társila Aguiar Ramos, matrícula S038002 e Leonardo Peixoto de Melo, matrícula S041879 para, em comissão e sob a presidência da primeira, realizar estudo, visando à normatização dos procedimentos necessários à elaboração de relatórios institucionais, identificados no quadro sinótico anexo, a serem enviados ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, por força de dispositivos constitucionais e legais.

Art. 2º A Comissão a que se refere o artigo 1º terá, entre outras, as seguintes incumbências:

I – definir, em cada caso, as unidades organizacionais responsáveis pelos trabalhos necessários à elaboração do relatório, indicando a unidade coordenadora e suas atribuições;

II – estabelecer, em cada caso, a fluxograma dos procedimentos a serem adotados, definindo as responsabilidades de cada unidade partícipe, os prazos a serem observados, os dados e informações necessários e suficientes e a forma como devem ser organizados;

III - requisitar, sempre que necessário, a colaboração de servidores de outras unidades, por meio de comunicação prévia às respectivas chefias;

IV – executar as demais atividades que se fizerem necessárias para o cumprimento do disposto nos incisos anteriores.

Art. 3º A Comissão dará início às atividades a partir de 23 de agosto de 2010 e apresentará, em até 90 dias, relatório final ao Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal sobre os trabalhos desenvolvidos e as providências a serem adotadas.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ATHAYDE FONTOURA FILHO

Diretor-Geral

QUADRO SINÓTICO DOS DOCUMENTOS E RELATÓRIOS INSTITUCIONAIS A SEREM ENVIADOS PELO STJ AO CONGRESSO NACIONAL E AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO POR FORÇA DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Nome do Relatório	Base Legal	Periodicidade e	Destinatário	Unidade responsável pela elaboração	Autoridades que assinam o documento
Relatório de Gestão Fiscal	Art. 54, Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e Portaria STN 577, de 15/10/08, que aprova a 1ª Edição do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais	Quadrimestral	TCU Publicação em Diário Oficial Publicação na página do STJ na intranet	SAF/COFI (a SCI é responsável pela conferência)	Presidente do Tribunal, Autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, além de qualquer outra definida por ato próprio do Poder ou do órgão.
Prestação de Contas	Art. 56, Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.	Anual	Congresso Nacional	AMG	Presidente do Tribunal
Relatório de Gestão	Instrução Normativa TCU nº 57, de 27/08/2008; Decisão Normativa TCU nº 100, de 07/10/2009; Decisão Normativa TCU nº 102, de 02/12/2009, Portaria TCU nº 389, de 21/12/2009.	Anual	Congresso Nacional e TCU	AMG A prática usual é que a SCI promova a conferência do relatório com o intuito de evitar críticas no Relatório de Auditoria de Gestão, integrante da Tomada de Contas Anual.	Dirigente máximo do órgão e membro de Diretoria
Tomada de Contas Anual		Anual	TCU	SCI	Presidente do Tribunal

